



Políticas voltadas para feiras da agricultura familiar no Vale do Rio Pardo (RS): estratégias locais para a soberania e segurança alimentar e nutricional¹

Angélica Cristina da Siqueira²

Evandro de Oliveira Lucas³

Fabiana Thomé da Cruz⁴

RESUMO: Abordagens ampliadas em saúde têm sido pautadas em políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural, contribuindo para reflexões que aprofundam interfaces entre práticas alimentares, saúde e fatores sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos. Considerando a relevância das relações de proximidade entre agricultores e consumidores, especialmente no que se refere à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), da Soberania Alimentar e da garantia do acesso à Alimentação Adequada e Saudável para quem produz e para quem consome, as feiras da agricultura familiar adquirem centralidade em âmbito local. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar experiências de políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento de feiras na região do Vale do Rio Pardo no estado do Rio Grande do Sul (RS). Para tal, a pesquisa toma dados secundários sobre desenvolvimento de SAN nos municípios da região, bem como dados de entrevistas com gestores e técnicos da região, com ênfase em interlocutores de dois municípios onde uma iniciativa de Vale Feira está em andamento. Os dados reforçam a centralidade das feiras como estratégia fundamental para a diversificação da produção de agricultores familiares, refletindo não apenas em SAN para os consumidores como também para as próprias famílias produtoras.

PALAVRAS-CHAVE: Feiras da Agricultura Familiar. Abastecimento alimentar. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Políticas Públicas. Vale Feira.

POLICIES FOR FAMILY FARMING FAIRS IN THE VALE DO RIO PARDO (RS): LOCAL STRATEGIES FOR SOVEREIGNTY AND FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY

ABSTRACT: Expanded approaches in health have guided public policies related to rural development, contributing to reflections that deepen interfaces between food practices, health and social, economic, environmental, cultural and political factors. Considering the relevance of close relations between farmers and consumers, especially regarding promotion of Food Security and Nutrition (FSN), Food Sovereignty, and the guarantee of access to adequate and healthy food for those who produce and for those who consume, family farmers' markets acquire centrality at the local level. In this context, this article aims to analyze experiences of

¹ Uma primeira versão deste texto foi publicada nos Anais do 58º Congresso da SOBER, em outubro de 2020.

² Nutricionista. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: ange.csiq@gmail.com

³ Agrônomo. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: evandrodeoliveiralucas@gmail.com

⁴ Eng. de Alimentos. Docente na Escola de Agronomia/Universidade Federal de Goiás (EA/UFG) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: fabianathome@ufg.br

municipal public policies for strengthening family farmers' markets in Vale do Rio Pardo region in the state of Rio Grande do Sul (RS). For such, the research takes secondary data on development of FSN in the municipalities of the region, as well as data from interviews with regional managers and technicians, with special emphasis on interlocutors from two municipalities where a Farmers' Market Voucher initiative is in progress. The data reinforce the centrality of family farmers' markets as a key strategy for the production diversification, which reflect not only in FSN for consumers but also for producers families.

KEYWORDS: Family farmers' markets. Food supply. Food Security and Nutrition. Public policies. Farmers' Market Voucher.

INTRODUÇÃO

Pesquisas na área de saúde, desenvolvimento rural e políticas públicas têm observado associações entre práticas alimentares, saúde e fatores contextuais (sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos), sugerindo que os problemas alimentares atuais podem ser expressões da relação entre os indivíduos e o sistema agroalimentar. A depender de suas características, o modo de produção, distribuição e consumo de alimentos pode promover justiça social, proteger o ambiente e a cultura, e fortalecer práticas alimentares saudáveis; ou, ao contrário, pode fomentar desigualdades e ameaças à sociobiodiversidade e, por consequência, gerar insegurança alimentar e nutricional - manifestada por meio da desnutrição, da obesidade e de carências nutricionais - e doenças crônicas na população (POULAIN, 2002; POPKIN et al, 2004; SWINBURN, 2011; RIBEIRO JR, 2012; WHO, 2013; BRASIL, 2014; HARDCASTLE et al, 2015; CASTRO, 2015; TRICHES et al, 2019).

Nesse contexto, políticas públicas passam a integrar abordagens ampliadas de saúde, considerando a relação alimentação-saúde-ambiente na promoção de hábitos saudáveis a partir de compreensões sobre o desenvolvimento das práticas alimentares que alinham questões biológicas e nutricionais do indivíduo com processos relacionados a sistemas alimentares justos, sustentáveis e que valorizam a cultura e economia local. Nesse sentido, a priorização de alimentos *in natura* e minimamente processados, adquiridos diretamente do produtor, assume relevância ao demonstrar implicações sobre as práticas alimentares - e as expressões de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - de consumidores e produtores, fortalecendo ambientes que oportunizam acesso a recursos e conhecimentos para o desenvolvimento de habilidades de autocuidado (BOOTH et al, 2001; BRASIL, 2012; 2014).

De modo a responder a essa perspectiva ampliada de saúde, dinâmicas relacionadas ao abastecimento alimentar estruturadas por meio de circuitos curtos têm demonstrado potencial relevante, sendo as feiras da agricultura familiar consideradas mecanismos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Despontando como estratégias interessantes para o exercício da cidadania alimentar por produtores e consumidores, as feiras têm sido defendidas por valorizar princípios de sustentabilidade e adotar abordagens do sistema alimentar em sua integralidade, o que contribui para a valorização da cultura alimentar e da culinária como prática emancipatória, promovendo autocuidado e autonomia no meio rural e urbano (BRASIL, 2014; RADUNZ, 2017; POZZEBON et al, 2018; ARAUJO e RIBEIRO, 2018).

No Brasil é relevante considerar a pluralidade de feiras, nas quais, a depender da região, é possível encontrar muitos produtos para além de alimentos. Nesse sentido, sem desconsiderar a diversidade e importância cultural atreladas a singularidade das distintas feiras existentes no país, na presente análise o recorte volta-se às feiras nas quais a comercialização de alimentos é realizada diretamente pelas famílias que os produzem, conhecidas como feira da agricultura familiar. Esse recorte é adotado visto que o foco do artigo é justamente contemplar implicações de iniciativas em que a aquisição de alimentos se dá por meio de circuitos curtos, em particular aqueles em que há relação direta entre produtores e consumidores.

No contexto atual de desarticulação das Políticas de SAN construídas no Brasil (SANTARELLI et al, 2017), a emergência de estratégias em nível local, desenvolvidas a partir dos municípios e territórios, pode assumir relevância na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada da população e manutenção de parte dos avanços alcançados. Considerando também que a articulação entre políticas complementares pode conferir maior potência à governança de SAN e otimizar recursos (COELHO-DE-SOUZA et al, 2018), pode ser estratégico planejar iniciativas que conectem ações relacionadas à produção com programas voltados ao consumo. Ou seja, além de incentivo e qualificação da produção e subsídios para a logística e estrutura das feiras, o fomento à demanda de consumo também merece ser observado. Nesse sentido, a alimentação do trabalhador configura uma dimensão pouco explorada nas políticas públicas de SAN, apontando caminhos para a conexão entre produção e consumo, como por exemplo, por meio do direcionamento da demanda dos trabalhadores do setor público e privado - pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) - para a compra de alimentos em feiras locais.

Considerando a relevância do fomento de políticas voltadas para feiras da agricultura familiar e a pertinência de aprofundar conhecimentos acerca das

experiências em curso, este artigo tem por objetivo analisar experiências de políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento de feiras da agricultura familiar na região do Vale do Rio Pardo no estado do Rio Grande do Sul (RS). Associando a esta investigação uma revisão teórica acerca da relevância de tais estratégias para Soberania e SAN, pretende-se refletir sobre o potencial de fortalecer sistemas agroalimentares alternativos baseados em circuitos curtos de produção e consumo através da associação de políticas públicas de abastecimento alimentar, com foco em feiras, com a demanda gerada pela alimentação de trabalhadores do setor público.

Para responder ao objetivo proposto, além desta introdução, o artigo está organizado em cinco seções, sendo que a próxima seção apresenta os métodos aplicados para geração e análise dos dados; em seguida, explora-se uma proposta de diagnóstico da situação de SAN na região estudada; na quarta seção, o artigo aborda informações acerca da realização de feiras municipais no Vale do Rio Pardo e o potencial destas estratégias para a Soberania e SAN; na quinta seção, o artigo busca aprofundar as políticas de incentivo a feiras no país; na sexta seção, é aprofundado o enfoque nos programas de Vale Feira implementados nos municípios estudados; por fim, a seção de considerações finais dedica-se a sumarizar desafios e perspectivas identificados nesta investigação.

PERCURSO METODOLÓGICO

Os procedimentos consistiram em revisão bibliográfica, levantamento e sistematização de dados quantitativos, pesquisa documental, produção de informações qualitativas e análises quanti e qualitativas. A seleção dos municípios foi baseada nos critérios de regionalização utilizados como referência pelo governo do estado do Rio Grande do Sul na elaboração de instrumentos de planejamento e diagnóstico, adotados também pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-RS). Tal agregação classifica os municípios em Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) e Regiões Funcionais de Planejamento (RF), sendo avaliado neste trabalho o COREDE Vale do Rio Pardo, pertencente a RF 2.

O COREDE Vale do Rio Pardo foi selecionado como foco desta pesquisa por ser uma região em que há diversas iniciativas de fortalecimento a feiras da agricultura familiar, entre as quais, o programa Vale Feira que atualmente está em andamento em dois municípios (Vale Verde e Venâncio Aires), bem como há interesse de integrar o programa na agenda de políticas públicas de outros municípios (General Câmara e Mato Leitão), e até mesmo em empresas privadas identificadas com a agricultura familiar. Destaca-se ainda a expressividade do cultivo de tabaco na região, fator que implica sobre a insegurança alimentar e nutricional das famílias e

ressalta a relevância das feiras como estratégias para promover a diversificação nas propriedades rurais. Além disso, um dos autores deste artigo reside e trabalha na região junto a entidades ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o que permite maior aproximação e acesso aos dados necessários para a pesquisa.

Os 23 municípios pertencentes ao COREDE Vale do Rio Pardo são: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz.

Para a revisão consultou-se obras que abordam as seguintes questões: circuitos curtos, políticas de abastecimento, segurança alimentar e nutricional e alimentação do trabalhador. Os dados secundários foram obtidos a partir de plataformas de dados abertos nos sistemas SAGi/MDS, OBSERVADR/UNISC, OBSSAN-RS/UFRGS e SIDRA/IBGE, sendo selecionadas as estatísticas mais atualizadas disponíveis e classificadas em dimensões de SAN (produção de alimentos, renda e condições de vida, acesso à saúde e à Alimentação Adequada e Saudável, políticas de SAN e Grupos Populacionais Tradicionais Específicos). Na pesquisa documental, foi empreendida busca de legislações municipais através do sistema LeisMunicipais.com.br, utilizando a palavra-chave “feira” e selecionando as normas relacionadas a políticas de fortalecimento de feiras em cada município.

Os dados acerca da realização de feiras foram obtidos junto a técnicos de extensão rural, gestores públicos municipais, e atores vinculados ao APL (Arranjo Produtivo Local), sendo a coleta realizada em maio de 2020 por meio de entrevistas curtas aferindo o número de feiras em funcionamento, a dinâmica de funcionamento e conhecimento acerca de programas de Vale Feira. Por fim, foi ainda utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada (OLIVEIRA, 2008) para a produção de informações qualitativas detalhadas acerca das experiências de Vale Feira identificadas na região. Foram entrevistados funcionários que acompanham o programa nos municípios que possuem o programa implementado à época da realização da pesquisa (maio/2020), sendo entrevistados um funcionário público municipal de Venâncio Aires e um funcionário da EMATER de Vale Verde.

Os dados foram sistematizados e analisados, conforme apresentado nas seções subsequentes.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E PROPOSTA DE DIAGNÓSTICO DE SAN

A fim de contextualizar a região estudada, nesta seção será apresentado um compilado de dados e respectivas análises da situação de Segurança Alimentar

e Nutricional no Vale do Rio Pardo. Tal panorama, para além de caracterizar o território estudado, busca contribuir para compreensão da viabilidade e da relevância de estratégias de fortalecimento de feiras na região. Fazendo uso de dados secundários disponíveis, o artigo procura somar aos dados empíricos posteriormente analisados neste artigo, elementos para identificação de potencialidades e de limitações locais, contribuindo, assim, de modo ampliado e convergindo dados primários e secundários para subsidiar a avaliação e o planejamento de políticas públicas pertinentes à realidade observada.

O COREDE Vale do Rio Pardo, criado em 1991, é polarizado em boa parte pelo município de Santa Cruz do Sul. Sua história guarda relações próximas com as dinâmicas do complexo do fumo, refletindo tensões nas pequenas propriedades agrícolas que convivem, por um lado, com incentivos à produção do tabaco, e por outro, com a necessária diversificação da produção (GOVERNO RS, 2015).

Segundo a estimativa populacional do IBGE (2019), a região abriga 446.137 pessoas, sendo o município mais populoso Santa Cruz do Sul, seguido por Venâncio Aires; oito municípios de 10-40 mil habitantes; e treze com menos de 10 mil habitantes. A região possui área predominantemente rural (97,9% do território); todavia, a maior parte da população vive na área de cobertura urbana, com aproximadamente 63% dos habitantes (IBGE, 2010).

No que diz respeito ao desenvolvimento na região, em 2013, o COREDE Vale do Rio Pardo obteve Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 0,688, encontrando-se no nível médio de desenvolvimento, situação similar às demais regiões do estado (médio/alto). Analisando os blocos do IDESE, verifica-se o melhor desempenho relativo na dimensão de Saúde (0,814 - alto), seguido pelo bloco Educação (0,642 - médio) e por fim Renda (0,610 - médio). No bloco Renda observamos as maiores diferenças na região, sendo que Santa Cruz do Sul contrasta seu índice de 0,854 (alto) com 0,420 (baixo) em Passa Sete. No bloco de saúde, os valores são relativamente homogêneos, enquanto na dimensão de Educação os índices vão de 0,747 (médio) em Mato Leitão a 0,524 (médio) em Candelária.

Para explorar a situação de SAN na região, a seguir serão apresentados detalhamentos e análises de dados em cinco dimensões, quais sejam: produção de alimentos, renda e condições de vida, acesso à saúde e à alimentação adequada e saudável, políticas públicas de SAN, e grupos populacionais tradicionais específicos.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O Vale do Rio Pardo (VRP) é uma região conhecida por ser um dos polos mundiais da indústria do tabaco, sendo referida por Etges (2001) como uma

característica de identidade que confere particularidade frente às demais regiões do estado. A maioria dos municípios que compõem o território apresentam o tabaco como principal produto agrícola, destacando-se Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Candelária com maior expressividade de produção (VARGAS; OLIVEIRA, 2012).

Mas, para além do tabaco, diversas experiências também estão presentes na região, havendo, por exemplo, forte articulação voltada à promoção da agroecologia, presença de movimentos sociais, Escolas Famílias Agrícolas, além de comunidades onde vivem Povos e Comunidades Tradicionais - como indígenas e quilombolas. Vale ressaltar, ainda, que um número expressivo de agroindústrias e agricultores familiares da região vivem sem estar atreladas à produção do tabaco e sem o uso de agrotóxicos nas práticas de produção. Observa-se também a realização de feiras regulares onde são comercializados alimentos produzidos de forma convencional, mas também orgânicos e agroecológicos.

As condições em que os alimentos serão ofertados - em quantidade e qualidade -, bem como as condições de vida da população envolvida na produção, podem ser afetadas de acordo com o processo produtivo (CONSEA, 2010). Portanto, propõe-se neste diagnóstico avaliar a SAN a partir da produção de alimentos abordando, além do potencial produtivo local, também as formas de produção e a inclusão de trabalhadores.

Nesse sentido, considerando o papel da Agricultura Familiar (AF) na produção de alimentos, em quantidade e diversidade de itens, bem como na comercialização por meio de feiras - foco deste trabalho -, os dados selecionados para análise centraram-se nessa categoria. O segmento da AF é formado por um contingente significativo de trabalhadores, cidadãos, portadores de direitos, que asseguram sua reprodução social e econômica por meio da agricultura. Além disso, observa-se que o modelo produtivo impacta na sustentabilidade das práticas e, por consequência, na qualidade dos alimentos produzidos. Para ilustrar essa relação, pode-se considerar que, ao priorizar a alta produtividade em detrimento de parâmetros de saúde, por exemplo, permite-se - e inclusive defende-se - o uso excessivo de agrotóxicos e o alongamento das cadeias produtivas, resultando em alimentos contaminados e com teor de nutrientes reduzido em relação aos produtos frescos, *in natura* e minimamente processados (LE BIHAN, 2003).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 88% dos estabelecimentos agropecuários presentes no COREDE VRP são classificados como estabelecimentos de AF, correspondendo a 28.495 unidades. A maioria dos municípios da região apresenta percentuais altos de estabelecimentos da AF, variando de 70% em Encruzilhada do Sul, até 95% em Segredo, Sinimbu e Vale Verde; todavia, o

município de Pantano Grande registra apenas 43% de estabelecimentos de AF, se diferenciando, nesse aspecto, da região. A pesquisa também registra que existem 78.832 trabalhadores nos estabelecimentos da categoria (com e sem laço de parentesco com o produtor), sendo o menor contingente encontrado no município de Pantano Grande (217), e o maior em Venâncio Aires (10.366).

Somando-se aos dados básicos sobre a presença da AF na região, é válido também considerar outros aspectos acerca das implicações das formas de produção sobre a SAN. Nesse sentido, a produção agroecológica apresenta-se como um caminho para a oferta de alimentação saudável, proporcionando acesso a maior diversidade de alimentos e gêneros livres de contaminantes químicos (MÜLBACH, 2009). Com relação às práticas empregadas na produção pela AF na região, o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) aponta que 7% (142) dos estabelecimentos de agricultura e pecuária da categoria produziram de forma orgânica. O maior número de estabelecimentos com práticas orgânicas estão localizados em Encruzilhada do Sul (34), Venâncio Aires (25), Santa Cruz do Sul (24) e Rio Pardo (22), cabendo ressaltar que em uma análise ajustada ao número de estabelecimentos de cada município, observa-se os maiores percentuais de estabelecimentos de AF orgânicos em Santa Cruz do Sul (34%), Tunas (25%), Vera Cruz (22%) e Venâncio Aires (21%). Oito municípios do COREDE VRP não apresentaram registros de estabelecimentos com práticas orgânicas - Candelária, Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Mato Leitão, Passa Sete, Vale Verde e Vale do Sol.

Burity e colaboradores (2010) indicam que a produção majoritariamente voltada para atender à demanda da região contribui para garantir a autossuficiência local de alimentos básicos, e sendo este cultivo em pequena escala, com a utilização de mão de obra familiar e um leque amplo de produtos, favorece a sustentabilidade do ponto de vista ambiental, social, econômico e cultural. Na região há produção importante de alimentos pela AF por meio da horticultura, lavouras permanentes e temporárias, e agroindústrias na região, sendo detalhados na Tabela 1, a seguir, os alimentos potencialmente comercializáveis *in natura* (Tabela 1).

Com relação aos alimentos produzidos pela AF com potencial para comercialização após processamento, foram identificados o feijão preto e de cor (3.812 toneladas), o milho em espiga (1.715 toneladas), a erva-mate (1.947 toneladas), e as nozes e amendoins (129 toneladas). Nesta categoria também cabe relacionar os produtos da agroindústria: creme de leite, manteiga, queijo e requeijão (215 toneladas); doces e geléias, e rapadura (227 toneladas); legumes e verduras processadas (60 toneladas); pães, bolos e biscoitos (2.134 toneladas); melado (165 mil litros); suco de frutas (520 mil litros); e polpa de frutas (1 tonelada) (IBGE, 2017).

Embora por meio desses dados não seja possível aferir o quanto efetivamente

foi consumido pela população da região, ressalta-se que são itens comumente comercializados em feiras, de modo que correspondem a gêneros potencialmente passíveis de direcionamento para a alimentação local.

Tabela 1 - Alimentos produzidos pela AF no COREDE VRP, com potencial de comercialização *in natura*.

Grupos de alimentos	Total	Variedade	
		(nº de itens)	Itens produzidos
Frutas	9.417 toneladas	11	abacate, banana, bergamota, goiaba, laranja, maçã, melancia, melão, morango, pêssego, uva
Hortaliças e temperos	1.001 toneladas	10	agrião, alface, almeirão, alho-porró, cebolinha, couve, espinafre, repolho, rúcula, salsa
Legumes e tubérculos	52.233 toneladas	20	abóbora, abobrinha, alho, aipim, batata-inglesa, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, chuchu, couve-flor, nabo, pepino, pimenta, pimentão, rabanete, tomate, vagem

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Sob a ótica da Soberania e da SAN, olhar para a diversidade da produção agrícola torna-se tanto ou mais relevante do que observar as quantidades em si, implicando sobre a variedade de alimentos e nutrientes disponíveis, além da sustentabilidade produtiva e valorização das culturas alimentares regionais. Nesse sentido, destaca-se que os itens produzidos pela AF no VRP em 2017 apresentam ampla diversidade, conferindo potencial para favorecer a alimentação adequada e saudável da população, incluindo tanto produtores/as quanto consumidores/as.

A partir dos dados analisados, observa-se que o VRP figura um contingente significativo de trabalhadores da Agricultura Familiar, os quais apresentam potencial importante de produção diversificada de alimentos que podem ser comercializados em feiras locais, fornecendo Alimentação Adequada e Saudável para a população.

RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA

Os indicadores relacionados à renda têm importante relação com a SAN, visto que a ausência de recursos é o principal fator que impede os indivíduos de terem acesso aos alimentos. Ou seja, apesar de haver alimentos suficientes à disposição, a falta de renda e sua injusta distribuição impossibilitam o acesso por parte da população (BELIK et al, 2001). Nesse sentido, vale mencionar que, no Brasil, de acordo com dados do IBGE (2019), em 2018 havia 13,5 milhões pessoas vivendo

em condição de extrema pobreza, situação que impacta fortemente o acesso à alimentação, implicando em insegurança alimentar.

No que se refere ao VRP, cabe observar as ponderações de Etges (2001) acerca das problemáticas acarretadas pela cultura do tabaco na região no âmbito econômico. Tendo em vista que a comercialização é centralizada nos municípios que abrigam as indústrias de beneficiamento - Vera Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul -, o retorno fiscal é gerado somente para esses municípios, corroborando para o aprofundamento das diferenças socioeconômicas na região. Nesse sentido, observa-se que apesar dos resultados econômicos da indústria do fumo, o VRP abriga municípios que figuram entre os mais pobres do estado.

O PIB per capita reflete a estimativa de todos os bens dos municípios, divididos pela quantidade de habitantes, sendo um indicador relevante para avaliar a situação econômica nos territórios. Em 2015 o PIB per capita no COREDE VRP foi de R\$ 35.445,03, valor próximo ao do estado do RS (R\$ 33.960,36). Destaca-se que, aprofundando a análise para visões municipais, se demonstram importantes diferenças regionais. Enquanto Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires figuram valores acima de R\$ 40.000,00, dez municípios apresentam PIB per capita entre 20 e 30 mil reais, e outros onze alcançam recursos abaixo de 19 mil reais, chegando ao valor de R\$ 12.920,60 em Boqueirão do Leão.

Um olhar atento sobre a situação da pobreza na região é fundamental no que se refere à SAN, pois essa situação representa um forte preditor de vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional (inSAN). O Cadastro Único apresenta dados acerca das famílias em situação de pobreza nos municípios brasileiros, sendo que no COREDE VRP, em março de 2020, estavam registradas 11.061 famílias em situação de extrema pobreza, 5.824 de pobreza, e 8.683 de baixa renda. Observa-se que a maior parte reside nos municípios de Santa Cruz do Sul (5169), Rio Pardo (3389), Venâncio Aires (3200), Encruzilhada do Sul (2134) e Candelária (1927), indicando que as diferenças socioeconômicas também se expressam nos municípios com PIB per capita elevado.

Considerando que parte da população em vulnerabilidade pode ser atendida por benefícios de complemento de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cabe analisar esses dados. Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), no COREDE VRP estavam registradas 15.365 famílias beneficiárias do PBF em maio de 2020, e 5.566 pessoas beneficiárias do BPC em abril de 2020. O recebimento dessa renda pelas famílias cadastradas pode ser fundamental para proporcionar condições de aquisição de alimentos e reduzir a vulnerabilidade à inSAN.

Os dados contemplados nessa dimensão reforçam a existência de contraste importante nos indicadores econômicos entre os municípios da região, indicando a presença de populações em vulnerabilidade à insegurança alimentar. Essa realidade aponta a relevância do fortalecimento de políticas públicas de SAN não apenas para oportunizar a distribuição equitativa de resultados econômicos na região, como também para garantir o acesso a alimentos para a população.

ACESSO À SAÚDE E À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL (AAS)

Na dimensão de acesso à saúde e à AAS, cabe iniciar por uma análise sobre a atual situação de vulnerabilidade, na medida em que a inSAN é agravada pela dificuldade no acesso aos alimentos pelos grupos sociais em situação mais vulnerável. De acordo com o último MapaINSAN - mapeamento das famílias do Cadastro Único nas quais ainda persiste a inSAN -, cujo ano de referência é 2016, a região do COREDE VRP apresenta 8 municípios em vulnerabilidade média à inSAN - Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Ibarama, Pantano Grande, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Tunas -, correspondendo a 14.717 famílias, das quais 4.102 são residentes em áreas rurais.

Avaliando a saúde na região, vale reforçar que a compreensão explorada pelo conceito de SAN indica que as práticas alimentares devem ser promotoras de saúde, assim como é necessário que a população disponha de boas condições de saúde para que o processo alimentar ocorra satisfatoriamente (CAISANRS, 2018). Desse modo, o fortalecimento dos serviços de saúde desde a atenção básica guarda relações muito próximas com a garantia da SAN da população. Segundo dados do DataSUS disponíveis no OBSSAN-RS, no COREDE VRP a cobertura dos serviços de atenção básica à saúde variam entre percentuais de 10% em General Câmara, até 100% em Boqueirão do Leão, Encruzilhada do Sul e Mato Leitão; com doze municípios apresentando percentuais de 70 a 95%, cinco com cobertura de 31 a 53%, e dois sem dados disponíveis para a análise no ano de 2014 - Ibarama e Lagoa Bonita do Sul.

Outro indicador relevante nessa categoria é a mortalidade relacionada à prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e seus fatores de risco, expressando reflexos da qualidade da alimentação e do cuidado em saúde a longo prazo. No COREDE VRP, em 2015, o percentual de óbitos prematuros relacionados ao indicador foi em média 28%, similar ao do estado (26%). Mas enquanto nove municípios têm resultados positivos de apenas 15-26%, quatorze extrapolam a média, chegando a 41% em Passa Sete.

Com relação à AAS, em nível municipal não há dados secundários para aferir diretamente o acesso aos alimentos, cabendo uma análise indireta a partir

de aspectos que exercem influência sobre esta dimensão (CAISANRS, 2018). Nesse sentido, consideram-se fatores socioeconômicos e culturais, e para além da renda já abordada na seção anterior, é sugerido observar o nível de instrução do responsável pelo domicílio, visto que a escolaridade implica sobre o acesso a melhor remuneração, e também a condições para desenvolver habilidades de seleção e preparo da alimentação. No COREDE VRP esse índice demanda atenção, apresentando 72% dos responsáveis pelo domicílio sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, média superior à do estado (50%). Apenas um município (Santa Cruz do Sul) ficou abaixo da média estadual, com 44%; dez municípios apresentam 54-71%; e, doze superam a média regional, chegando a 86% em Herveiras (IBGE, 2010).

Por fim, destaca-se ainda que a universalização do acesso à água também é um fator essencial para o pleno desenvolvimento humano e SAN das famílias, especialmente aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade (CAISANRS, 2018). Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, o abastecimento domiciliar através da rede geral corresponde a uma média 59% no COREDE VRP, valor expressivamente baixo em comparação ao cenário estadual de 85% no período. Apenas cinco municípios da região alcançam percentuais superiores ao do estado, com 90 a 97%; oito observam índices de 59 a 82%; e dez expressam valores menores que a média da região, chegando a 32% em Passa Sete (IBGE, 2010).

As informações desse diagnóstico apontam questões alarmantes em relação a Segurança Alimentar e Nutricional na região. A identificação de famílias em vulnerabilidade e indicadores que sugerem fragilidades no acesso a fatores que implicam acesso da população à Alimentação Adequada e Saudável reforçam a importância de ampliação e consolidação de políticas de SAN no Vale do Rio Pardo.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN

Um dos elementos básicos da Política de SAN é a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em níveis municipal, estadual e nacional. O Decreto no 7.272/2010 institui que para aderir ao SISAN os municípios precisam instituir um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), uma Câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de segurança alimentar e nutricional (CAISAN), e estabelecer compromisso de elaborar um plano municipal de segurança alimentar e nutricional (PlaMSAN) (CONSEA, 2010).

Conforme dados do CONSEA-RS disponíveis no OBSSAN-RS, no COREDE VRP, em 2018, havia apenas 2 COMSEAs ativos (Mato Leitão e Santa Cruz do Sul),

1 em reconstrução (Encruzilhada do Sul), 2 inativos (Arroio do Tigre e Vera Cruz), e 18 não implementados. Para os demais componentes avaliados - existência de CAISAN, lei de SAN, PlaMSAN, e adesão formal ao SISAN - não há registros de implementação na região.

Tendo em vista a abrangência da SAN e o caráter intersetorial de suas políticas, muitas ações implementadas nos municípios podem ser relacionadas. Neste trabalho, todavia, tendo em vista a ausência de dados secundários disponíveis sobre políticas implementadas nos municípios, a análise será limitada a informações selecionadas de bancos de dados públicos acerca da rede de Equipamentos Públicos de SAN, PNAE, PAA e Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Salienta-se que outros dados poderiam ser obtidos através do MapaSAN de 2018, porém, tal pesquisa é de participação voluntária, e a maior parte dos municípios da região não responderam ao levantamento.

Segundo o MDS, em março de 2019 havia 12 Equipamentos de SAN na região, sendo 7 Unidades de Distribuição da AF (Arroio do Tigre, Mato Leitão, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Tunas, Venâncio Aires e Vera Cruz) e 4 Cozinhas Comunitárias (Santa Cruz do Sul) em funcionamento; bem como 1 Banco de Alimentos (Santa Cruz do Sul) em instalação.

Com relação ao PNAE, foi avaliado o percentual de aquisição de alimentos para a Alimentação Escolar proveniente da AF. Em 2017, no COREDE VRP o mínimo estipulado pela legislação (30%) foi superado, alcançando 38%. Cabe salientar que em Santa Cruz do Sul o sistema registra 0% de aquisição da AF pelo PNAE no período, e nos municípios de Arroio do Tigre e Passa Sete os valores também ficaram abaixo do requisito legal, respectivamente, 19% e 29%. Os demais municípios da região apresentaram compras expressivas da AF pelo PNAE: seis com percentuais de 32% a 44%; onze de 52 a 76%; e três com valores maiores - Lagoa Bonita do Sul (86%), Vale do Sol (89%) e Vera Cruz (90%).

Para o PAA, observou-se o número de agricultores familiares fornecedores e entidades que recebem as doações de alimentos no âmbito do programa. No COREDE VRP há registros para sete municípios - Boqueirão do Leão, Mato Leitão, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Tunas, Vale do Sol e Venâncio Aires - com execução do PAA na modalidade de doação simultânea. Na execução municipal, a região apresenta 273 agricultores familiares fornecedores, e 63 entidades beneficiadas; já na execução estadual (via CONAB), são 52 agricultores familiares fornecedores, e 7 entidades beneficiadas.

Por fim, no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em 2016 foram registradas 1580 famílias beneficiárias, sendo que não há nenhuma família

cadastrada no município de Mato Leitão; sete municípios com 16 a 37 famílias; dez com 64 a 99 famílias; e cinco com 100 ou mais famílias beneficiárias do programa. Uma das modalidades de repasse de recursos é o Fomento Brasil Sem Miséria, proporcionando que agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza acessem investimentos para inclusão produtiva.

Observando os dados acerca da implementação de políticas de SAN na região, percebe-se, portanto, que há iniciativas relevantes em curso, sugerindo por um lado tendência de abertura da gestão pública local para essa pauta e, por outro, a carência de fortalecimento de programas específicos capazes de atender às necessidades locais.

GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAIS ESPECÍFICOS (GPTEs)

Nas políticas e programas institucionais, os Povos e Comunidades Tradicionais têm integrado um agrupamento maior de acompanhamento prioritário, denominado Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTEs). Conforme o Plano Estadual de SAN, apesar do estado executar algumas ações junto a esses grupos, demandas importantes de políticas específicas seguem em aberto. Para superação da situação de vulnerabilidade e inSAN nessas populações é necessário articular ações para garantia do acesso à AAS com políticas estruturantes que proporcionem acesso à terra e ao território (CAISANRS, 2018).

Cabe destacar a limitação de análise devido a ausência de dados detalhados em nível municipal acerca dos GPTEs, de modo que um passo fundamental é o estabelecimento de estratégias para localização, (re)conhecimento das condições de vida, e suporte adequado a essas famílias. Os dados disponíveis registram apenas o número de famílias pertencentes aos GPTEs inseridas no Cadastro Único nos municípios, sendo que no COREDE VRP, em março de 2020, estavam cadastradas 4.851 famílias. Os grupos identificados na região são famílias acampadas, de agricultores familiares, assentadas, atingidas por empreendimentos de infraestrutura, beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário, de catadores de material reciclável, ciganas, extrativistas, em situação de rua, indígenas, pertencentes a Comunidades de Terreiro, de pescadores artesanais, com pessoa presa no sistema carcerário, quilombolas, e ribeirinhas. A maioria destas famílias (38%) reside nos municípios de Candelária, Encruzilhada do Sul e Sinimbu.

O diagnóstico aponta, portanto, a presença de famílias de GPTEs no Vale do Rio Pardo, indicando a necessidade de identificar essa população, bem como aportar recursos para a estruturação de políticas específicas para garantir a SAN na região.

A partir do diagnóstico apresentado nesta seção, elaborado por meio de dados secundários relacionados à SAN, a seção seguinte volta-se à análise de estratégias relacionadas a feiras municipais do Vale do Rio Pardo como meio para minimizar a situação de insegurança alimentar evidenciada no presente diagnóstico.

FEIRAS MUNICIPAIS: HISTÓRICO, RELEVÂNCIA E A SITUAÇÃO ATUAL NO VALE DO RIO PARDO

No Brasil, as feiras estão presentes desde o período colonial, proporcionando abastecimento direto aos consumidores, geração de renda para os agricultores, dinamização do comércio urbano, conformação de hábitos alimentares, costumes e culturas de produção e consumo. Nos anos 1990, mais da metade (51%) das famílias urbanas brasileiras compravam em feiras (POZZEBON et al, 2018; ARAUJO e RIBEIRO, 2018). Todavia, Cassol (2018) relata que neste período houve retração nesses circuitos de comercialização, o que o autor vincula à expansão de mercados e atacados de comercialização de alimentos.

Identificadas ao final da década de 1990 como um modelo arcaico, Niederle (2014) observa que as feiras renovaram sua importância e significado nos anos seguintes, de modo que esses circuitos têm sido (re)ativados em diversas regiões brasileiras, impulsionados pela resignificação da alimentação saudável - atualmente articulada a dimensões que agregam aspectos nutricionais a questões de sustentabilidade ambiental, engajamento político, valorização da cultura local e das relações sociais imbuídas no ato do consumo. Em 2009, pesquisas indicam que 23,72% do abastecimento de pequenas cidades e 10,39% do abastecimento metropolitano de frutas foi realizado por meio das feiras (POZZEBON et al, 2018; ARAUJO e RIBEIRO, 2018). No Rio Grande do Sul, as primeiras feiras registradas pelo poder público do estado surgiram em Porto Alegre e em Caxias do Sul (MALUF, 1999).

Conforme relatado nesta pesquisa, bem como em outros trabalhos realizados na região, o COREDE VRP apresenta associações históricas, geográficas e socioeconômicas com a produção de tabaco, configurando-se como a principal região produtora desse cultivo no país. Nesse sentido, cabe salientar as ponderações de Lenz (2005) e Souza e Costa (2017) acerca das implicações do setor fumageiro, a necessária emergência de alternativas produtivas para os municípios do Vale do Rio Pardo, e a integração das feiras neste cenário.

Os autores salientam a vulnerabilidade econômica da região, tendo em vista a dependência em relação ao setor fumageiro que está vinculado fortemente ao mercado externo (85% é destinado a outros países) e sem tendências de crescimento devido às campanhas antitabagistas em nível mundial. Ainda cabe considerar que

esse modelo produtivo reflete-se nas condições de vida dos agricultores familiares da região, os quais percebem baixo protagonismo, insegurança e riscos altos de endividamento na produção de seu sustento a partir do tabaco (ETGES, 2008; SOUZA e COSTA, 2017). Nesse contexto, a matriz produtiva da região é questionada e as alternativas voltadas à diversificação produtiva a partir de propostas de desenvolvimento endógenos adquirem relevância.

As feiras municipais, presentes há décadas no Vale do Rio Pardo, têm coexistido com a produção do tabaco e em alguns períodos configuraram um dos principais canais de comercialização de alimentos nos municípios da região. Assim como no restante do país, observaram retração devido a mudanças na configuração dos sistemas agroalimentares e na limitação das políticas públicas de incentivo ao setor, reduzindo sua importância no abastecimento local. Todavia, pesquisas vêm indicando movimento de fortalecimento dessas estratégias, de modo que as feiras municipais têm (re)adquirido potencial para produtores e consumidores de alimentos da região.

Lenz (2005) e Souza e Costa (2017) observam que as feiras municipais no Vale do Rio Pardo têm ampliado. Os agricultores envolvidos na produção de hortaliças apontam a opção pelo cultivo de alimentos em detrimento do tabaco devido aos benefícios da diversificação, independência em relação a grandes empresas, estabilidade financeira e não utilização de agrotóxicos (no caso dos produtores orgânicos e agroecológicos). Todavia, os rendimentos provenientes desse cultivo ainda não são garantidos em muitos municípios, sendo comuns os relatos de agricultores que não aumentam a produção de alimentos e/ou permanecem produzindo tabaco por falta de garantias de mercado para os demais cultivares. Outro desafio apontado se relaciona aos custos de transporte, apontando a necessidade de pontos de venda no próprio município. Em paralelo, os autores referem-se à demanda de consumo de alimentos não suprida nas cidades, especialmente no que tange aos orgânicos e agroecológicos.

Considerando esses fatores, observa-se a relevância do fomento à produção de alimentos associado a mecanismos que assegurem meios para aquisição dos produtos, apontando que o fortalecimento de estratégias como as feiras municipais podem se estruturar como caminhos relevantes no Vale do Rio Pardo. O levantamento realizado nesta pesquisa apontou que atualmente são mantidas 35 feiras municipais na região, sendo 27 convencionais e 8 orgânicas/agroecológicas, conforme detalhado na Tabela 2, apresentada a seguir. Dos 23 municípios, somente 3 não realizam feiras, 19 mantém de 1 a 3 feiras regulares, e 1 município se destaca com 10 feiras em execução.

Tabela 2 - Quantidade de feiras convencionais e orgânicas/agroecológicas por município do COREDE VRP.

Município	Total	Conv.	Org/Agr.
Arroio do Tigre	1	1	-
Boqueirão do Leão	0	-	-
Candelária	2	2	-
Encruzilhada do Sul	3	2	1
Estrela Velha	1	1	-
General Câmara	1	1	-
Herveiras	1	1	-
Ibarama	0	-	-
Lagoa Bonita do Sul	1	-	1
Mato Leitão	0	-	-
Pantano Grande	1	1	-
Passa Sete	1	1	-
Passo do Sobrado	1	1	-
Rio Pardo	1	-	1
Santa Cruz do Sul	10	7	3
Segredo	1	1	-
Sinimbu	2	2	-
Sobradinho	1	1	-
Tunas	1	1	-
Vale Verde	1	1	-
Vale do Sol	2	1	1
Venâncio Aires	2	1	1
Vera Cruz	1	1	-
Total	35	27	8

Legenda: Conv.- Convencional; Org/Agr. - Orgânica ou Agroecológica.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Com relação aos municípios em que não são mantidas feiras atualmente, cabe observar algumas particularidades. Em Boqueirão do Leão, havia uma feira regular, porém, segundo um entrevistado, a feira foi substituída gradualmente por um sistema de entrega feito diretamente pelos agricultores nas casas dos moradores, mantendo a relação de compra direta. De modo similar, no município de Ibarama observa-se que os agricultores familiares produzem alimentos e vendem diretamente aos moradores, sendo relatado em entrevista que um ponto fixo de comercialização se torna desnecessário para a realidade local. Já em Mato Leitão a ausência de feiras é relacionada a outros fatores, havendo intenção de reativar a estratégia. Conforme entrevista, uma feira anteriormente implementada teve procura limitada, sendo fechada em setembro de 2019, fato relacionado com a localização desta feira à época.

Considerando que pesquisas na área do desenvolvimento rural têm observado que o encurtamento das cadeias de comercialização e a venda direta configuram estratégias importantes para promoção da Soberania e SAN (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010; CASSOL; SCHNEIDER, 2015), bem como o cenário de abastecimento alimentar no COREDE VRP explorado anteriormente, sugere-se aprofundar as reflexões acerca do potencial de fortalecimento das feiras municipais na região.

Além da geração de renda e de SAN para os agricultores proporcionadas por meio da diversificação e resgate do autoconsumo, o fortalecimento das feiras pode contribuir para redução da dependência dos agricultores a grandes empresas, possibilitar alternativas para o desenvolvimento da economia local, e ainda estruturar sistemas de abastecimento de alimentos capazes de ampliar o acesso e promover o consumo de alimentos com maior potencial nutritivo e apropriados à cultura alimentar, efetivando, assim, os princípios da Soberania e da SAN (RADUNZ, 2017; POZZEBON et al, 2018).

No âmbito econômico, pesquisas demonstram que feiras são importantes para os agricultores por gerarem vendas à vista semanalmente e reduzir custos de comercialização (ARAUJO; RIBEIRO, 2018; POZZEBON et al 2018). Autores ainda atribuem às feiras o papel de manutenção das famílias no meio rural e na atividade agrícola (CASSOL, 2013), promovendo a circulação local do capital pelo consumo de bens e serviços, tanto pelos agricultores quanto pelos consumidores, no comércio dos arredores da feira, se estabelecendo como um indicador de dinâmica econômica nos municípios (ARAUJO; RIBEIRO, 2018).

Analisando o potencial para promoção de SAN por meio do consumo, observa-se que os produtos comercializados em feiras são essencialmente de verduras, legumes, frutas e produtos transformados da agricultura familiar (GAZOLLA, 2004), correspondendo a alimentos *in natura* e minimamente processados predominantemente de origem vegetal. Nesse sentido, cabe salientar ainda que esses alimentos atendem também aos preceitos do Guia Alimentar (BRASIL, 2014) na promoção da culinária, pois demandam seleção, pré-preparo, tempero, cocção e combinação a outros alimentos (POZZEBON et al, 2018).

Cabe ressaltar que, para além da comercialização, essa produção pode atender às necessidades das próprias famílias rurais através do autoconsumo, garantindo o acesso a alimentos de qualidade, com variedade e saudabilidade, sem dependência do mercado (GRISA et al, 2010; PEREIRA, 2015). Segundo Pereira (2015), plantar, colher e transformar produtos da terra em comida constitui o modo de vida camponês, assegurando a Soberania Alimentar e retratando relações com a natureza,

processos de fortalecimento da autonomia, respeito aos hábitos alimentares, valorização da cultura e saúde.

Desse modo, Pozzebon e colaboradores (2018) observam que a comercialização de alimentos nas feiras pode implicar positivamente sobre hábitos das famílias dos agricultores, aumentando o consumo de alimentos *in natura* tanto por facilitar o acesso, quanto pela disponibilidade de produtos frescos que são considerados mais atraentes. Radunz e colaboradores (2017) também observaram este processo em agricultores agroecológicos, que salientam o papel na saúde da família, garantindo qualidade e diversidade à alimentação.

Considerando ainda que pesquisas vêm demonstrando que os consumidores atribuem significados e desenvolvem relações de confiança ao adquirir alimentos diretamente do produtor (ARAÚJO; RIBEIRO, 2018; POZZEBON et al, 2018), as feiras podem contribuir também para a sociabilidade relacionada ao processo alimentar. As dinâmicas proporcionadas pelas cadeias curtas, segundo Cassol (2013), proporcionam espaços educativos por meio da interação entre produtores e consumidores. Ressaltando as conexões entre a qualidade de vida, os modelos agrícolas e os múltiplos serviços ambientais realizados pelos agricultores (POZZEBON et al, 2018), o consumo de alimentos provenientes de feiras agrega perspectivas coletivas de produção de saúde, não mais apenas individuais, humanizando as práticas alimentares, aprofundando as relações com a comida e com o comer, e promovendo a AAS.

Observa-se, portanto, que as feiras apresentam potencial relevante para proporcionar alimentação adequada e saudável tanto para os produtores quanto para os consumidores do Vale do Rio Pardo, garantindo alimentos *in natura* e minimamente processados no cardápio familiar urbano e rural e fortalecendo práticas promotoras de Soberania e SAN para os agricultores e para a população da região, fomentando o desenvolvimento local pautado em sistemas de abastecimento de alimentos sustentáveis e saudáveis.

AS FEIRAS NA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA

No Brasil, Menezes, Porto e Grisa (2015) relatam que no ano de 1919, a Superintendência de Abastecimento atuou estimulando a criação de feiras nas principais capitais brasileiras com o objetivo de ampliar a oferta de alimentos e reduzir preços. Posteriormente, na década de 1970, os autores fazem referência à criação de feiras cobertas em várias regiões brasileiras.

Araújo e Ribeiro (2018) observam que no Brasil as políticas alimentares relacionadas às feiras têm se apresentado principalmente em iniciativas municipais.

Exemplos de inovações nessa área têm sido observados no Rio Grande do Sul em programas de Vale Feira criados por algumas prefeituras, direcionando um benefício específico aos servidores públicos para aquisição de produtos hortifrutigranjeiros e/ou produtos artesanais de pequenos produtores, agroindústrias ou associações de pequeno porte, credenciados, que comercializam nas feiras locais (PMVV, 2017; PMVA, 2019).

A nível estadual foram mantidos por um período programas de distribuição de barracas e toldos para feirantes e, no âmbito federal, é importante mencionar tanto ações do Ministério de Desenvolvimento Social, que, por meio de editais, proporcionou apoio às feiras, consideradas como equipamentos de SAN (ARAUJO; RIBEIRO, 2018), quanto ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que, entre 2004 e 2010, promoveu anualmente Feiras Nacionais da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (conhecidas como “Brasil Rural Contemporâneo”) (SCHUBERT; SCHNEIDER, 2014).

Ainda no que se refere ao potencial de políticas públicas para valorizar abordagens ampliadas de saúde atreladas a estratégias envolvendo feiras, é fundamental destacar também o papel do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Pesquisas realizadas no decorrer dos 10 anos de execução do PAA (2003-2012), por exemplo, observaram contribuições como apoio à produção para o autoconsumo, o direcionamento do excedente para comercialização, além de benefícios indiretos como a recuperação dos preços recebidos pelos agricultores, e da promoção de canais de comercialização como feiras livres (DELGADO et al, 2005; PANDOLFO, 2008; DELGADO, 2013).

Deponti e colaboradores (2018) destacam o papel do PAA e do PNAE no incentivo à diversificação produtiva e no fortalecimento de circuitos locais e redes de comercialização com estímulo ao associativismo, garantindo demandas regulares aos agricultores familiares. Tais reflexos adquirem ainda maior relevância para a SAN por direcionar a produção para alimentos característicos da região, valorizando a biodiversidade e resgatando valor comercial e simbólico aos produtos locais. Desse modo, observa-se que políticas alimentares podem assumir especial relevância no processo de fomento às feiras ao passo que oportunizam a inclusão de segmentos da agricultura familiar que ficariam à margem da economia e das políticas agrícolas convencionais, mobilizando agricultores em vulnerabilidade para uma situação de estabilidade, acessando meios para garantir sua SAN.

Políticas públicas voltadas à promoção de feiras podem ainda fomentar o aumento e a diversificação da produção, reconexão da produção ao consumo local, melhoria

do escoamento da produção, além de benefícios relacionados à saudabilidade da alimentação tanto no meio urbano quanto no rural (POZZEBON et al, 2018). No entanto, Araujo e Ribeiro (2018) observam que programas públicos direcionados a feiras ainda são incipientes, predominando iniciativas pontuais que não alcançam a escala necessária para abranger o potencial de alcance das feiras no território, sendo sugerido dedicar maior atenção da agenda pública a essas estratégias para fortalecimento da Soberania e SAN.

Duval e Ferrante (2008) apontam que os programas municipais de fomento à comercialização de alimentos produzidos localmente podem ser estratégias interessantes para a inclusão social da população rural. Por meio do direcionamento do excedente da produção para a venda direta, os autores apontam ainda que além da geração de renda, podem ser alcançados resultados de cooperação comunitária, Soberania Alimentar, valorização da cultura e garantia de acesso a alimentos de qualidade para a população. Belik e colaboradores (2001) apontam que o barateamento da alimentação de qualidade e o aumento da oferta de alimentos básicos são eixos estruturais em uma Política integrada de Combate à Fome, ressaltando a relevância de estratégias de fomento a canais de comercialização como as feiras. Para tal, é apontado como caminho o desenvolvimento de políticas de estímulo a agricultores familiares, de créditos agrícolas, e criação de espaços de venda com mecanismos de garantia de compra.

Nesse sentido, considerando ainda a importância da multisetorialidade nas políticas de SAN, cabe ressaltar que dentre as estratégias para garantia de compra, apesar da alimentação do trabalhador estar presente na agenda pública há décadas, a implementação de programas de SAN associando essa dimensão às políticas de abastecimento ainda são incipientes.

O VALE FEIRA COMO ESTRATÉGIA DE SAN MULTISSETORIAL

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é uma das políticas alimentares mais antigas do Brasil, aportando contingente significativo de beneficiários. O PAT proporciona a canalização do poder de compra, apresentando potencial para gerar impactos que superam os trabalhadores e empregadores, atingindo toda a cadeia produtiva. Desse modo, o programa pode implicar sobre o desenvolvimento da economia local, especialmente em cidades médias e pequenas, promovendo ampliação na demanda de alimentos, arrecadação de tributos e benefícios relacionados a menores custos com saúde pública (MAZZON, 2016).

A modalidade do PAT que pode ser conectada diretamente a sistemas de abastecimento como as feiras é o vale-alimentação, categoria que permite a aquisição

de gêneros alimentícios utilizados para preparar refeições no ambiente doméstico (MAZZON, 2016). Seu funcionamento é baseado no fornecimento de vale-compras aos trabalhadores para aquisição de alimentos em estabelecimentos credenciados (ARAUJO et al, 2018).

No estado do Rio Grande do Sul, o poder público municipal tem desenvolvido alternativas nesse âmbito, integrando a demanda gerada a partir da alimentação dos servidores públicos ao fomento de feiras locais por meio de programas chamados de “Vale Feira”. A implementação se dá a partir da criação de legislações municipais que regulamentam o fornecimento de benefícios adicionais aos servidores, aportando recursos que podem ser resgatados nas feiras locais credenciadas, por meio de sistemas de *tickets* ou cartão.

No COREDE VRP, o programa Vale Feira está atualmente implementado em dois municípios: Vale Verde e Venâncio Aires. Antes de explorar essas experiências, cabe ressaltar que Bom Retiro do Sul - município próximo à região, mas não pertencente ao COREDE VRP - inaugurou essa estratégia ainda em 2012. À época, o benefício foi implementado no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores do município com valor inicial de R\$ 20,00 mensais, sendo estendido aos servidores do Poder Executivo, estatutários, celetistas, empregados públicos, cargos em comissão, temporários e estagiários em março de 2013. Recentemente a lei foi atualizada, ampliando o valor para R\$ 50,00 mensais (PMBRS, 2019).

A partir da experiência de Bom Retiro do Sul, o programa foi levado ao município de Vale Verde por uma funcionária da EMATER local que apresentou a ideia ao poder público municipal. A implementação se efetivou por meio de lei sancionada em 2017, a qual instituiu o programa com valor de R\$ 30,00 mensais, destinado aos servidores do Poder Legislativo Municipal, e ocupantes de cargos de provimento em comissão (PMVV, 2019). Beneficiando em torno de 150 servidores, o programa canaliza R\$ 4.500,00 mensais para compras na feira.

Com relação à logística do programa, no município de Vale Verde é praticado o uso de *tickets* impressos distribuídos para os funcionários. Apenas os agricultores que estão cadastrados na EMATER do município para comercializar na feira podem aceitar o vale, resgatando posteriormente os valores diretamente na Prefeitura. O programa foi construído com o envolvimento das secretarias de Agricultura, de Administração e auxílio da EMATER.

Na experiência de Venâncio Aires observa-se que, por mais que o município faça divisa com Bom Retiro do Sul, foi o município de Passo do Sobrado que inspirou a implementação do programa, de modo que Venâncio Aires configurou-se como a experiência de maior impacto na região. Com um quadro funcional expressivo (em torno de 1200 servidores), o valor de R\$ 25,00 reflete aporte médio de R\$ 30.000,00

mensais direcionados a compras em uma das feiras locais. Segundo o funcionário da prefeitura entrevistado, o programa começou a funcionar em agosto de 2018, e até o momento (maio de 2020) já injetou mais de R\$ 500.000,00 na feira do município credenciada no programa. Nesse sentido, cabe ressaltar que em Venâncio Aires atualmente em torno de 30 famílias comercializam alimentos por meio do Vale Feira, sendo que, apesar da existência de uma feira agroecológica no município, apenas a feira de produtores convencionais está inserida no programa.

Observa-se que em Venâncio Aires a logística foi modificada dada a inviabilidade de operar com o sistema de *tickets* para atender o amplo quadro funcional do município. Para viabilizar o programa, a Prefeitura Municipal estruturou um sistema baseado em processos licitatórios para contratação de empresa administradora de cartões. Os cartões são liberados para uso apenas na feira credenciada por meio do registro de cinco máquinas específicas que aceitam o cartão, registradas em nome de uma Cooperativa de Agricultores. Neste modelo, o recurso é depositado em conta, subtraída taxa de 5% pela operadora do cartão, e a Cooperativa gerencia o pagamento aos agricultores feirantes.

Foi relatado que a construção do programa contou com a participação das secretarias de Agricultura, de Administração e auxílio do setor jurídico da Prefeitura. Um entrevistado ligado à feira agroecológica referiu, ainda, que houve participação do grupo no desenvolvimento do programa, mas as máquinas que aceitam o cartão foram limitadas apenas à feira realizada no centro da cidade. Nesse sentido, cabe observar que os agricultores agroecológicos mencionam interesse em aumentar a produção caso haja garantia de ampliação da demanda - o que poderia ser proporcionado com a inclusão da feira no programa.

No que se refere aos impactos do programa, em Venâncio Aires foi observado aumento significativo na venda de alimentos na feira municipal, promovendo inclusive consumo maior que o inicialmente projetado, visto que muitos funcionários superam o valor do vale em suas compras mensais. Em Vale Verde destaca-se que são 8 agricultores feirantes, sendo relatado que a feira só continua por conta da demanda proporcionada pelo programa.

Outro benefício identificado foi a melhoria da qualidade dos alimentos comercializados na feira de Vale Verde, fator atribuído ao controle e suporte fornecido pela EMATER para promover a disponibilidade de produtos em diversidade e qualidade aos beneficiários do programa. Observa-se que na experiência de Venâncio Aires a EMATER não está integrada ao programa, sendo destacada na entrevista apenas uma Cooperativa local que atua realizando o credenciamento de agricultores e o controle da própria feira.

Sobre a experiência de Venâncio Aires cabe ainda registrar a manifestação de

interesse pelos agricultores em utilizarem a máquina para venda em outros dias e espaços, o que não foi liberado pelo poder público municipal. Nesse sentido, cabe refletir que, por um lado, o fomento aos espaços das feiras pode ser positivo para fortalecimento dessas estratégias, mas por outro lado é relevante ponderar que a limitação a uma feira no centro da cidade pode implicar dificuldades no acesso a alimentos pela população de áreas periféricas, bem como aos benefícios do programa por outros agricultores da região, como os produtores agroecológicos.

De modo geral, observou-se que a aceitação da estratégia foi positiva em ambas as experiências analisadas. Com relação a perspectivas futuras, o município de Venâncio Aires relatou expectativa de aumento no valor do benefício para R\$ 30,00; já no município de Vale Verde não há intenção de aumento. Nesse sentido, foram relatados conflitos políticos em Vale Verde, sendo referido que o programa apenas foi mantido devido a pressões da sociedade. Essa questão aponta a importância de dedicar atenção na redação da lei de implementação, tendo em vista que na regulamentação deste município consta previsão de suspensão ou extinção do programa por Decreto (PMVV, 2019), implicando em fragilidade à estratégia.

Os entrevistados ainda apontam potencial de expansão do programa para outras prefeituras. Em Venâncio Aires foi destacado que já há a legislação de modelo para replicar, bem como um modelo de logística por cartão que tem funcionado bem para o controle. O município de Vale Verde afirma ter sido consultado por prefeituras de Santa Catarina e universidades sobre o funcionamento do Vale Feira, pontuando que mesmo com orçamento pequeno a prefeitura pode auxiliar agricultores e levar alimentos frescos aos consumidores.

Nesta seção cabe ainda registrar outras duas experiências de municípios da região do COREDE VRP. Em Mato Leitão há intenção de adotar o programa de Vale Feira inspirado no exemplo do município vizinho, Venâncio Aires. Um dos principais motivos relatados está relacionado ao potencial de garantir a circulação de recursos no município, beneficiando os agricultores familiares e colaborando para a reativação e manutenção de uma feira local. Tal estratégia adquire ainda mais relevância levando em consideração que o quadro funcional do poder público do município é composto por muitos servidores que residem fora da cidade. Também inspirado pela experiência de Venâncio Aires, o município de General Câmara encontra-se em fase de implementação do programa, sendo que um projeto já foi aprovado na Câmara de Vereadores em 2019, com o valor de R\$ 20,00 por funcionário, estando pendente de sanção pelo Prefeito Municipal. Apesar da seca e a consequente falta de produtos se refletirem em insegurança no período, o município investiu recentemente em uma nova estrutura para a feira municipal,

havendo perspectiva de implementação para o ano de 2021.

Por fim, com relação à expansão do programa para outros setores, o gestor de Venâncio Aires destacou que a cooperativa de crédito SICREDI do Vale do Rio Pardo vem buscando mais informações sobre a estratégia e estuda a possibilidade de adotar um modelo semelhante para estimular o consumo de alimentos por seus funcionários nas feiras municipais. Nesse sentido, ressalta-se que o SICREDI possui 13 agências no Vale do Rio Pardo, de modo que a adoção de estratégias como o Vale Feira pela instituição teria potencial para gerar reflexos em toda a região.

Conforme abordado nesta seção, observa-se que iniciativas que integram a alimentação do trabalhador a políticas de abastecimento alimentar baseadas em circuitos curtos parecem abrir caminhos para a promoção da AAS, promovendo saúde e desenvolvimento em nível local. A associação do fomento da produção de alimentos por agricultores familiares dos municípios com a garantia de demanda de consumo, direcionando os canais de compra para ambientes que viabilizam a comercialização direta, como as feiras da agricultura familiar, configura-se como uma estratégia de relevante potencial na região do COREDE VRP. Nesse sentido, o reconhecimento das experiências e a difusão das estratégias utilizadas podem subsidiar que programas similares sejam não apenas multiplicados, mas também amadurecidos para impulsionar a promoção da Soberania e SAN na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar experiências de políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento de feiras da agricultura familiar na região do Vale do Rio Pardo no estado do Rio Grande do Sul, demonstrando o potencial dessas políticas tanto para a valorização da agricultura familiar quanto para a promoção da Alimentação Adequada e Saudável entre produtores e consumidores. Nesse sentido, a pesquisa endossa análises como a de Pozzebon e colaboradores (2018) e Araújo e Ribeiro (2018), que defendem que feiras são espaços estratégicos para a criação de políticas alimentares, conectando produção, abastecimento e economias locais, e se estruturando como mecanismos importantes de SAN. Fortalecer os agricultores através de fomentos para a realização de feiras envolve garantir não apenas os locais de comercialização, mas também apoio para a logística, melhorias dos sistemas produtivos, crédito para a qualificação de agroindústrias familiares, além de formações e até mesmo mecanismos de certificação. Os autores sugerem ainda a criação de espaços de debate entre os feirantes, constituindo laboratórios de criação de políticas públicas específicas pela perspectiva dos próprios atores.

O diagnóstico de SAN chama atenção para as diferenças entre os municípios

da região. Desde os índices que refletem visões amplas, como o IDESE, até as dimensões abordadas, são observados tanto contrastes entre os municípios, quanto desigualdades no acesso da população aos aspectos que implicam sobre a SAN das famílias - como a renda, a educação, os serviços de saúde e o acesso às políticas públicas. Desse modo, apesar do COREDE VRP figurar alguns índices bastante positivos com relação a outras regiões do RS, cabe atenção acerca da distribuição equitativa dos resultados nos municípios, especialmente no que tange à população em vulnerabilidade.

Cabe ainda ressaltar que, conforme observado na dimensão de Produção de Alimentos, a agricultura familiar é expressiva na região, corroborando com o direcionamento de políticas para fortalecimento do setor para promoção da Soberania e SAN. Alimentos são produzidos em quantidade, diversidade e apresentam potencial para garantir alimentação adequada e saudável à população do VRP, assim como políticas de fortalecimento a circuitos de comercialização podem proporcionar meios para superação da inSAN no meio rural, oportunizando a manutenção e ampliação de trabalho e renda para um contingente significativo de trabalhadores do setor.

Dado o cenário político e econômico atual do país, políticas de SAN desenvolvidas a partir dos municípios adquirem papel fundamental para garantia do direito humano à alimentação adequada da população, especialmente no que se refere às famílias em vulnerabilidade. Nesse sentido, a caracterização do território e das estratégias elaboradas para superação de problemas em municípios do VRP buscou agregar contribuições para subsidiar o planejamento e a implementação de ações de SAN nesta e em outras regiões, bem como promover a qualificação dos debates acerca de políticas de abastecimento capazes de promover a Soberania e a SAN no estado.

Considerando que as experiências estudadas, apesar de demonstrarem potencial para contribuir na superação da insegurança alimentar em nível municipal, ainda são incipientes, sugere-se aprofundar as reflexões propostas neste trabalho, bem como analisar outras estratégias, como as citadas a seguir: i) atualização das regulamentações do PAT para garantir uma alimentação adequada e saudável aos trabalhadores do setor privado; ii) priorização de modelos produtivos específicos - como orgânicos, agroecológicos, produtos de Povos e Comunidades Tradicionais e alimentos da sociobiodiversidade - nas regulamentações de Vale Feira; iii) integração de políticas de crédito voltado a agricultores feirantes, bem como recursos para infraestrutura de feiras; iv) direcionamento de benefícios similares voltados para o público do Cadastro Único; v) diálogos multissetoriais com outras políticas alimentares, como PAA, PNAE e projetos de ATER; e, por fim, vi) associação de

ações de Educação Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Soc Agr**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018.

BELIK, W.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v.15, n.4, p.119-129, 2001.

BOOTH S. L. et al. Environmental and societal factors affect food choice and physical activity. **Nutr Rev**. 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BURITY, Valéria, et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

CAISANRS. Rev. Irio Luiz Conti, Telma Castello Branco. **Plano estadual de segurança alimentar e nutricional do Rio Grande do Sul 2018-2019**. Passo Fundo: IFIBE, 2018.

CASSOL, A. P. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. Dissertação (mestrado em Sociologia). UFRGS, Porto Alegre, 2013.

CASSOL, A. P. **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais: barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras**. Tese (Doutorado), PPGS/IFCH/UFRGS, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

CASSOL, A. P.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 95, p. 143-180, 2015.

CASTRO, I. R. R. Desafios e Perspectivas para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)**, v. 31, p. 7-9, 2015.

COELHO-DE-SOUZA, G.; ROCHA, B.; SIQUEIRA, A.; WÜNSH, L. Governança da política pública de SAN nos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul. Third International Conference Agriculture and Food in an Urbanizing Society. **Anais...** UFRGS: Porto Alegre, 17-21 sep 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada:** da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, DF: CONSEA, 2010.

COSTA J. P. R.; SOUZA B.B. **A articulação em agroecologia do vale do rio pardo:** uma de construção alternativa e coletiva na região. Seminário Internacional Demandas Sociais e PPs na Sociedade Contemporânea, 2016.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R; OLIVEIRA, J.J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).** Texto para a discussão nº.1145, Brasília (DF): IPEA, 2005.

DELGADO, G. C. **Relatório de avaliação do PAA – III Síntese.** Brasília, 2013.

DEPONTI, C.M. O mercado institucional da compra de alimentos da agricultura familiar – PAA E PNAE – no território do Vale do Rio Pardo/RS. DRd – **Desenvolvimento Regional em debate**, v8, n1, jan./jun. 2018.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. B. Produção de autoconsumo em assentamentos rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento. **In Anais do 46º SOBER.** Rio Branco: SOBER, 2008.

ETGES, V.E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. **In: VOGT, O. e SILVEIRA, R (coord.).** Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

ETGES, V.E. Territórios rurais: a região fomicultora no Sul do Brasil. **In: HEIDRICH,**

A. et.al. A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. Da ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**. Porto Alegre (RS): Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (GOVERNO RS). **Perfil Socioeconômico COREDE Vale do Rio Pardo**. Porto Alegre, 2015.

GRISA; SCHNEIDER. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Rev. **Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, Jun, 2008.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER S. “Produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria, Mérida**, v.16, n31, jul. 2010.

HARDCASTLE et al. Food Choice and Nutrition: A Social Psychological Perspective. **Nutrients**, v.7,10, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em 14 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Brasília. IBGE, 2017.

_____. **Censo Agropecuário de 2017**. Brasília. IBGE, 2017.

_____. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019**. Brasília. IBGE, 2019.

LE BIHAN, G.; DELPEUCH, F.; MAIRE, B. **Alimentação, nutrição e políticas públicas**. Cad. **Proposições para o Século XXI**, São Paulo, Instituto Pólis, n.4, 2003.

LENZ, M.H. **Viabilidade agroeconômica da produção orgânica de plantas condimentares para o desenvolvimento sustentável em propriedades familiares na região do Vale do Rio Pardo/RS.** Dissertação de Mestrado. PPGDR/UNISC. Santa Cruz do Sul, 2005.

MALUF, R.S. Ações públicas locais de abastecimento alimentar. São Paulo-SP, **Polis Papers: Polis Ass, Formação e Estudos em Políticas Sociais**, n.5, 1999.

MAZZON, J.A. (Org). **40 anos do PAT: conquistas e desafios da política nutricional com foco em desenvolvimento econômico e social.** São Paulo: Blucher, 2016.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. **Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico.** Série Políticas sociais e de Alimentação. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, 2015.

MÜHLBACH, R. **Programa de Extensão Rural Agroecológica (PROGERA).** Cadernos Agroecológicos: Segurança Alimentar e Nutricional. Botucatu: Instituto Giramundo Mutuando, 2009.

NIEDERLE, P.A. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-96, set/dez 2014.

OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (OBSSAN-RS). Banco de dados de SAN para o estado do Rio Grande do Sul. PGDR/UFRGS, 2020.

OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2.ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2008.

PANDOLFO, M. C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas**, v.5, n.2, Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 14-17, jun. 2008.

PEREIRA, A. B. A. S. **Agricultura familiar camponesa e cultura alimentar: hábitos e prática alimentares das famílias rurais da Linha Simonetti-Ivorá/RS.** 2015. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,

UFSM, Santa Maria/RS, 2015.

POPKIN, B. M, Gordon-Larsen P. The nutrition transition: worldwide obesity dynamics and their determinants. **Int J Obes.** vol. 28(3 Suppl), p.2-9, 2004.

POULAIN, J. P. The contemporary diet in France: “de-structuration” or from commensalism to “vagabond feeding”. **Appetite**, vol. 39(1)p. 43-55,2002.

POZZEBON, L.; Rambo, A., ; Gazolla, M. **As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas:** autoconsumo e segurança alimentar e nutricional. desenvolvimento em questão, vol. 16(42), p.405-441, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO DO SUL (PMBRS/RS). **Lei ordinária n.4706**, de 12 de dezembro de 2019. Altera disposições da Lei 3726/2012, de 13 de fevereiro de 2012, que instituiu o Vale Feira aos Servidores da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE VERDE/RS (PMVV/RS). **Lei ordinária n.1613**, de 06 de abril de 2017. Concede vale feira aos servidores da Câmara Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES/RS (PMVA/RS). **Lei ordinária n.6374**, de 23 de julho de 2019. Redefine as normas de concessão do vale-alimentação e do vale-feira aos servidores.

RADÜNZ, A. L.; RADUNZ, A. F. O. Feira Agroecológica da ARPASUL, Pelotas, RS: produção, segurança alimentar e comercialização, um estudo de caso. **Revista Espaço Acadêmico**, vol.17(192), p.17-25, 2017.

RIBEIRO JR, J.R.S. **Urbanização Crítica e Alienação Das Práticas Alimentares.** Agrária, SP, n.17, 2012.

SANTARELLI, M.; BURITY. et al. **Da democratização ao golpe:** avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil. Brasília: FIAN Brasil, 2017.

SCHUBERT, M.N; SCHNEIDER, S. **Reconexão entre produção e consumo, o**

papel do estado e dos consumidores: O caso do pavilhão da agricultura familiar da EXPOINTER/RS. VII Encontro Nacional dos Estudos do Consumo / III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo / I Encontro Latino-Americano de Estudos de Consumo. PUC-Rio: Rio de Janeiro, set/2014.

SOUZA, M.B; COSTA, J.P.R. **Um novo paradigma de desenvolvimento no Vale do Rio Pardo:** desafios e perspectivas. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

SWINBURN B. A, SACKS G.; HALL, K. D; MCPHERSON, K.; FINEGOOD D. T, MOODIE ML, et al. The global obesity pandemic: shaped by global drivers and local environments. **Lancet**, vol. 378(9793), p. 804-14, 2011 .

TRICHES, R. M.; HAWKES, C. Sustainable diets: definition, state of the art and perspectives for a new research agenda in Brazil. **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 24, p. 0251/2019, 2019.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B.F. Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **RESR**, v. 50, n. 1, p. 175-192, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global action plan for the prevention and control of noncommunicable diseases 2013-2020**. Geneva: World Health Organization; 2013.